



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 3.985, DE 2019** **(Do Sr. Léo Moraes)**

Dispõe sobre a suspensão do fornecimento de energia elétrica, água, telefonia e gás canalizado por falta de pagamento às sextas-feiras, sábados, domingos, feriados e dias que o antecedem.

**DESPACHO:**

APENSE-SE AO PL-65/2007.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º.** A interrupção ou a restrição do fornecimento dos serviços de energia elétrica, água, telefonia e gás canalizado por inadimplência é permitida somente após 90 (noventa) dias da comprovada inadimplência de consumidor, desde que será precedida de notificação escrita, com entrega comprovada.

**§1º.** É vedada a interrupção dos serviços descritos no caput às sextas-feiras, sábados, domingos, feriados e dias que antecedem os feriados e nas datas que por determinação civil ou religiosa forem suspensos os serviços bancários, salvo quando solicitado pelo usuário.

**§2º.** Quando se tratar de usuário economicamente hipossuficiente, assim entendido aquele cuja renda mensal familiar for igual ou inferior a três salários mínimos, assim como no caso de unidades consumidoras que prestem serviço essencial à população ou nas quais resida pessoa dependente de equipamento destinado à preservação da vida a interrupção ou a restrição do fornecimento dos serviços de energia elétrica, água, telefonia e gás canalizado por inadimplência será permitida somente após 180 (cento e oitenta) dias da comprovada inadimplência, devendo a notificação ser entregue com antecedência mínima de quinze dias úteis.

**§ 3º** A comprovação da condição de hipossuficiência econômica de que trata o § 2º será feita nos termos do regulamento do respectivo poder concedente.

**§ 4º.** A falha em realizar a suspensão do serviço na data e horário comunicado ensejará a emissão de nova notificação.

**Art. 2º.** O descumprimento do disposto no artigo anterior sujeitará o infrator ao pagamento de indenização ao consumidor igual ao dobro do valor total das faturas não pagas, bem como o obrigará a promover o imediato restabelecimento do serviço sem qualquer custo ao consumidor.

**Art. 3º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Com a globalização e a nova onda de valorização do ser humano tombada pelos Direitos e Garantias Fundamentais, a Constituição, refletindo tal exigência social está a garantir uma ordem de atividades indispensáveis à manutenção da vida humana, e sobremaneira, sob a ótica da dignidade. Tais serviços de natureza essencial, indispensáveis à sobrevivência digna humana, que muitas vezes são prestados pelo próprio Estado ou por seus concessionários e

permissionários, necessitam de regulamentação no que tange à suspensão do fornecimento às unidades consumidoras residenciais por inadimplemento do consumidor.

Trata-se de serviços necessidade básica do ser humano em a qual compromete-se a sua dignidade enquanto merecedor de mínima e inafastável qualidade de vida. São bens da vida de capital importância e seu abrupto seccionamento causa inúmeros transtornos ao ser humano.

Nessa linha, não se pode permitir que as empresas que exercem o serviço público de fornecimento dos serviços de energia elétrica, água, telefonia e gás canalizado promovam a suspensão do fornecimento às unidades consumidoras por inadimplemento do consumidor às sextas-feiras, sábados, domingos, feriados e dias que antecedem os feriados, assim como nas datas que por determinação civil ou religiosa, porquanto os bancos, lotéricas e os estabelecimentos de atendimento aos consumidores das concessionárias não funcionam nesses períodos.

Espera-se com a regulamentação da matéria, oportunizar ao consumidor a regularização, principalmente quando se tratar de usuário economicamente hipossuficiente, assim como nas unidades consumidoras que prestem serviço essencial à população. Deve-se ter critério diferenciando de tratamento ainda as unidades nas quais resida pessoa dependente de equipamento destinado à preservação da vida, motivo pelo qual a interrupção ou restrição do serviço, mesmo que devido à falta de pagamento, deve se dar dentro de um contexto de respeito ao consumidor.

Tendo em vista o exposto, conto com o apoio de meus ilustres pares para a aprovação de tão importante matéria.

Sala das Sessões, em 9 de julho de 2019.

**Léo Moraes**  
**Deputado Federal**

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------